

Sinpro/RS convoca assembleia geral

O Sinpro/RS convoca assembleia geral dos professores para o próximo dia 2 de abril, às 14h, no espaço de eventos da Sede estadual em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919). Na pauta do encontro, alterações estatutárias, avaliação das negociações com o Sinepe/RS e definição de iniciativas para a Campanha Salarial 2016.

ELEIÇÕES – Ocorrem neste ano as eleições para a nova direção do Sinpro/RS. Na assembleia, os professores vão decidir sobre a ampliação de prazos do processo eleitoral da entidade.

NEGOCIAÇÕES – O Sinpro/RS e o Sinepe/RS deram início, no dia 15 de março, à negociação para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e da educação superior.

A pauta de reivindicações foi aprovada na assembleia geral regionalizada, realizada entre os dias 29 de fevereiro e 7 de março. Para a educação básica, dentre os principais pontos de pauta estão: reajuste salarial de 12%, medidas de proteção à saúde dos professores, regulamentação do trabalho extraclasse e equiparação dos valores hora-aula do ensino fundamental. Para a educação superior, além do reajuste de 12% está sendo reivindicado o calendário de férias, limitação de alunos por turma e prazo para o desligamento de professores, entre outros pontos.

As reuniões de negociação estão ocorrendo sempre às terças-feiras, em Porto Alegre. O seu andamento pode ser acompanhado pelo site do Sindicato (www.sinprors.org.br) ou pelas redes sociais.

Foto: Valéria Ochróa



Foto: Edimar Blazina



Reuniões de negociação com o Sinepe/RS começaram no dia 15 de março

EDITORIAL

Possibilidades efetivas

A coerência efetivamente não é uma marca da direção do Sinepe/RS e dos representantes patronais nas câmaras de negociação das convenções coletivas de trabalho.

Tanto é assim que, no processo negociador em curso, não têm faltado referências à crise como fator de dificuldade para repor a inflação aos salários dos professores. Isto é, agora vale invocar o quadro geral da economia para dificultar a negociação. Quando a economia estava muito bem, não se podia avançar porque o ensino privado tinha uma dinâmica própria.

O fato é que mais uma vez, apesar da crise, as mensalidades foram reajustadas acima da inflação e há dois meses já vêm sendo cobradas dos alunos, independentemente de qualquer crise.

Aumentar as mensalidades acima da inflação é marca registrada do ensino privado. Nos últimos dez anos, o ganho médio das escolas de educação básica foi de 23,8% acima da inflação e, na educação superior, de 13,2%. A média de reajuste das mensalidades neste ano foi de 11,27% na educação básica e 10,33% na educação superior.

Diante deste quadro, não há qualquer justificativa para a não reposição das perdas inflacionárias nos salários dos professores, o mais rápido possível. Para isso, é fundamental o acompanhamento dos professores e a repercussão da negociação coletiva nos locais de trabalho.

Direção Colegiada.

No ensino privado, quem ganha?

A campanha salarial deste ano, mais uma vez, questiona a diferença entre o reajuste das mensalidades e o reajuste dos salários praticado pelas instituições de ensino privado. Nos últimos dez anos, as mensalidades aumentaram, em média, 101,6% e os salários foram reajustados em 75,7%. “Quem ficou com a diferença?”, questiona o Sindicato nos materiais da campanha.

As negociações começaram no dia 15 de março em duas câmaras distintas: educação básica e educação superior. Sem fazer referência à iniciativa nas reuniões realizadas no dia 15, o Sinepe/RS orientou as instituições para que não antecipassem a integralidade da inflação aos professores, no salário de março. A orientação do sindicato patronal foi de antecipar apenas 6% com o argumento de que a reposição da integralidade da inflação afetaria “o bom andamento das negociações”. Para a direção do Sinpro/RS, adiar a reposição integral da inflação num período em que essa atingiu 11,08% constitui penalização aos professores, prejudicados em nome de uma estratégia de negociação.

Essa manobra do sindicato patronal já sinaliza a sua intenção nas negociações. A reposição da inflação nos sa-

lários de março dos professores, mesmo que na forma de antecipação, nunca atrapalhou as negociações.

O Sinpro/RS ratifica a reivindicação de 12% de reajuste salarial e reitera que, em hipótese alguma, haverá acordo sem a reposição integral da inflação, o que representaria empobrecimento dos professores.

REIVINDICAÇÕES – A exemplo do ano passado, o Sinpro/RS definiu a pauta de reivindicações com os professores dos dois níveis de ensino em assembleia geral realizada de forma regionalizada entre o final de fevereiro e início de março, em 45 encontros em 27 cidades, contando com a participação total de 498 professores.

COMUNITÁRIAS – No dia 16 de março, os sindicatos de professores e técnicos administrativos estiveram reunidos com a representação das instituições comunitárias de educação superior. Trata-se da dissidência do Sinepe/RS que, de forma litigiosa, está tentando organizar um sindicato deste segmento. No encontro, o grupo dissidente destacou sua intenção de renovar o acordo coletivo de trabalho inaugurado em 2015, em negociação realizada após a concepção da Convenção Coletiva de Trabalho Sinpro/RS e Sinepe/RS. Novo encontro será agendado.



Confira alguns destaques da pauta de reivindicações:

- Reajuste salarial de 12%
- Garantia do descanso e regulamentação do trabalho extraclasse
- Prazo para o desligamento docente

Acompanhe a negociação:

 sinprors.org.br

 facebook.com/SinproRS

 twitter.com/SinproRS